

Por Thais Santi

UNIVERSO SETORIAL NORMALIZADO

Apoiada pela ABTCP na ABNT, a área de normalização do setor tem importância essencial no desenvolvimento da indústria de papel e celulose nacional pelo valor da certificação no mercado atual

“**A** base de um processo de melhoria produtivo é a normalização. Por isso, a ABTCP participa ativamente dos trabalhos relacionados às normas brasileiras para celulose e papel”, ressalta Lairton Leonardi, presidente da ABTCP, que mantém, de 1994 até hoje, parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Desde então, a ABTCP conta com um departamento exclusivo para agregar à sua sede a Secretaria do CB 29 – Comitê Brasileiro de Normas Técnicas para Celulose e Papel. **(Veja o box “Como tudo começou”)**

Para Cláudio Guerreiro, gerente de Normalização da ABNT, esse relacionamento tem suma importância, não apenas por tratar-se de um setor extremamente ativo e consciente da necessidade do uso de normas brasileiras, mas também pela eficiência com a qual a Secretaria do Comitê conduz o trabalho, sob orientação de Cristina Doria, superintendente e secretária técnica do CB 29 e coordenadora de Normalização da ABTCP.

Os benefícios da normalização setorial vão além dos portões das fábricas: chegam à própria sociedade, para garantir, entre outras vantagens, a certeza de não se comprar “gato por lebre”. Assim, no caso de se escolher um papel mesmo com a qualidade mínima para determinado desempenho, fica garantido que realmente estará em conformidade com o uso proposto.

Esse alinhamento de produto à sua respectiva qualidade somente é possível pela normalização setorial, com destaque para os papéis tissue e embalagem. Além disso, os processos em melhoria contínua conquistam competitividade e diferencial de mercado perante os atentos olhos dos consumidores. **(Entenda como as normas são criadas e como funciona o processo de normalização no box “Fábrica” de normas: passo a passo)**

Quem não se lembra do episódio da redução de metragem dos rolos de papel higiênico e de toda a situação gerada para a sociedade? O caso foi acabar no Procon. Então, exatamente naquele momento, em que o setor ficou negativamente em evidência, é que o CB 29 entrou em ação para esclarecer tudo, a partir da adequação de todos os papéis para fins sanitários, de modo a preparar os produtos para a certificação no que se refere à qualidade mínima aceitável.

O trabalho foi tão relevante que chegou a gerar um programa de certificação de produto da ABNT. Não apenas os consumidores em geral foram contemplados pela normalização, mas também os próprios órgãos públicos, que, em seus processos de licitação, acabavam por comprar produtos de péssima qualidade, sem nenhum critério, com base em informações inconsistentes citadas nos editais de compra.

Foram necessários quase três anos para que se conseguisse elaborar uma norma de classificação para os produtos de fins sanitários disponíveis no mercado e identificar todas as características técnicas de cada papel. “Durante os ensaios e as amostragens, fomos percebendo que a própria indústria melhorou seu processo de fabricação, pois foi reduzida a quantidade de pintas visíveis em alguns papéis, algo decorrente de materiais de qualidade inferior”, recorda Cristina.

Mais qualidade, menos reclamações

Os papéis sanitários mais qualificados passaram a beneficiar locais inimagináveis pelos profissionais que não atuam no segmento de papel. Uma das pessoas que comprovam isso é a enfermeira Vilma Inácio Costa, chefe da Seção de Higiene Hospitalar do Instituto do Coração e membro da Comissão de Pareceristas Técnicos do Complexo HCFM-USP para aquisição de papéis sanitários e roupas hospitalares.

“Atuar na ABTCP permite identificar as necessidades do setor de maneira muito mais próxima e rápida, facilitando o trabalho da ABNT e beneficiando efetivamente o setor e a sociedade” – Cristina Doria



ARQUIVO PESSOAL

Já há cinco anos familiarizada com as normas estabelecidas para tais papéis, Vilma sabe da importância de ter no hospital produtos de melhor qualidade para atender à sociedade, a começar pelos lençóis de papel das macas dos consultórios médicos: “As reclamações sobre a má qualidade dos papéis antes da normalização eram inúmeras. Alguns dos papéis para fins sanitários se desfaziam, não tinham a mínima capacidade de absorção e até mesmo ofereciam riscos de contaminação”, pontua ela.

Os problemas antes da normalização não eram restritos aos papéis de fins sanitários. Após a criação das normas, inseridas no memorial descritivo dos pregões eletrônicos no sistema hospitalar, outro produto passou por melhorias: o coletor de instrumentos perfurocortantes, elaborado pela Comissão de Estudo Especial – Resíduos de Serviços de Saúde, alocada na própria ABNT. A qualidade desses suportes, feitos de papelão, muitas vezes deixava a desejar, com alto risco de ruptura ocasionada pela armazenagem de agulhas, por exemplo.

Com as normas técnicas implantadas – e a consequente certificação do produto –, Vilma passou a confiar na segurança dos papéis e das embalagens de papel/papelão certificados. “Reduzimos em 80% o número de acidentes de trabalho por perfurocortantes com a empresa terceirizada de limpeza.”

Vilma conta ainda que foi graças às normas e orientações do Cardtec, programa do governo do Estado de São Paulo para normatizar as licitações dos contratos públicos, que hoje sua área vive um período de prosperidade, sendo necessários apenas pequenos ajustes, com seus fornecedores atendendo rigorosamente às exigências normativas.

Ainda assim, deve continuar a busca pela melhoria contínua dos papéis para fins sanitários e embalagens, entre outros produtos, bem como a normalização setorial, de modo a garantir os resultados futuros dos ganhos em qualidade. Senão, corre-se o risco de um retrocesso. “Houve apenas um caso recente em que recebemos um lote de rolos de papel com muita quebra. Assim que acionamos a empresa, todo o lote foi trocado”, pontua Vilma.

Na cadeia produtiva do papel, é preciso entender que os benefícios são revertidos para todos. Como frisa a experiente enfermeira, sai ganhando a sociedade, por poder usufruir de um hospital com maior conforto; a empresa, que conquista sempre a licitação e busca aprimoramento contínuo de seus processos; e o próprio hospital, que pode ajustar os preços, comprando com mais qualidade e segurança o material adquirido a cada contrato, com laudos técnicos exigidos para efetuar as aquisições.

Assim como ocorreu com as normas para papéis sanitários, contribuíram para melhorar a visibilidade do setor de celulose e papel perante a sociedade as normas para papéis reciclados (de exclusividade brasileira),



hoje já certificados pela ABNT, além da criação da Comissão de Papéis para Embalagem, com foco em papel para sacos e sacolas de supermercados.

“Esse é um trabalho do ABNT/CB-29, que conta com a complementação do ABNT/CB-23 de Embalagem e Acondicionamento, com o objetivo de criar normas para produzir itens de qualidade, como sacos e sacolas resistentes e retornáveis, que representam uma alternativa sustentável à sacola plástica dos supermercados”, explica Cristina. Os ensaios das comissões são patrocinados pela ABTCP e pela Bracelpa, demandante dessas normas.

Certificação em foco

Normalização é uma coisa, certificação é outra. Embora as empresas façam uso da norma em sua produção ou emitam laudos através dos métodos de ensaio exigidos, nem sempre a empresa ou seus produtos são certificados. Isso ocorre porque a certificação é outro departamento da ABNT que avalia se o processo de fabricação ocorre de forma contínua, seguindo um mesmo padrão de produção e controle. Segundo Antonio Carlos Barros de Oliveira, gerente de Certificação da ABNT, a atividade de certificação teve expressivo crescimento no setor de papel e celulose principalmente quanto à certificação de sistemas de gestão e também como decorrência do aumento do número de empresas preocupadas com o fator sustentabilidade. “Com as certificações, as empresas asseguram aos clientes que seus processos estão em conformidade com o exigido pela norma adotada como referencial e foram devidamente avaliados por uma entidade certificadora de confiança”, comenta Oliveira.

Hoje, o Departamento de Certificação atua em quatro programas: sistemas, produtos, pessoas e rotulagem ambiental. Esse último – o mais recente – tem atraído, segundo Oliveira, muitas empresas de papel e celulose. A ABNT representa no Brasil o Global Ecolabelling Network (GEN), entidade que promove a rotulagem ambiental no mundo.

Vilma Inácio da Costa: “As reclamações sobre a má qualidade dos papéis antes da normalização eram inúmeras”

“Assim que o padrão foi aprovado e publicado, entendemos a importância de buscar um processo de certificação independente” – Heraldo Balbuena, da Bignardi Papéis, sobre a norma para papel e cartão reciclados

A rotulagem ambiental atesta que determinado produto/serviço (adequado ao uso) apresenta menor impacto ambiental em relação a outros disponíveis no mercado, devendo as empresas adotar melhorias relativas ao seu desempenho ambiental, com redução dos impactos gerados durante o processo produtivo. Em 2011, a International Paper foi a primeira empresa do setor a conquistar o rótulo ambiental, conhecido no Brasil por Colibri.

Mais uma recente certificação pela ABNT ocorreu recentemente: a da Bignardi Papéis. Com isso, a visibilidade e a credibilidade da empresa foram ressaltadas no mercado, com ganhos de competitividade. Como fabricante de papel de impressão e escrita, a Bignardi Papéis tem uma importante parcela composta por papel reciclado e também pelo produto Eco Millennium, cuja fabricação utiliza aparas de papel pré e pós-consumo em proporções definidas pela NBR 15755:2009 – Papel e Cartão Reciclados – Conteúdo de Fibras Recicladas – Especificação.

Essa norma, elaborada para atender à demanda criada por produtos reciclados, teve como objetivo principal uniformizar o conteúdo mínimo de fibras recicladas na fabricação do papel reciclado. “Assim que o padrão foi aprovado e publicado, entendemos a importância de buscar um processo de certificação independente, mostrar e difundir aos nossos clientes o padrão normativo nacional com a chancela de uma instituição como a ABNT”, informa Heraldo Balbuena, da Bignardi Papéis.

Segundo a certificação obtida pela Bignardi, o papel reciclado só pode ser assim considerado se em sua fabricação forem utilizadas pelo menos 50% de aparas recuperadas (pós ou pré-consumo) e, no mínimo, 25% de aparas pós-consumo, garantindo, dessa forma, uma destinação mais adequada para tais materiais e enquadrando-se nos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada pela Lei n.º 12.305/2010, que, entre outros temas, trata do consumo consciente, da reutilização e da reciclagem, além de fortalecer uma cadeia de coletores de reciclados.

“Estamos, assim, alongando o ciclo de vida da celulose, reaproveitando papéis que em muitos casos seriam descartados em lixões e aterros sanitários”, destaca José Reinaldo Marquezini, gerente técnico da Bignardi Papéis. As certificações são monitoradas por auditorias externas e, no caso da empresa, realizadas trimestralmente para a ABNT NBR 15755:2009 e semestralmente para a ISO 9001:2008. A empresa também conquistou as certificações florestais Forest Stewardship Council (FSC) e Cerflor, do Programa Brasileiro de Certificação Florestal.

Perspectivas e desafios

Mesmo com tantas conquistas, a Bignardi já está trabalhando internamente para a obtenção de novas certificações. “Entendemos que as certificações ambientais, de responsabilidade social e de saúde/segurança devem ser nosso foco nos próximos anos, para atingirmos no-

“Fábrica” de normas: passo a passo

- 1 – A ABNT ou a ABTCP recebem a demanda por algum dos seus canais de comunicação. Essa demanda pode vir de uma necessidade da sociedade, da indústria ou da ISO/TC6, a fim de subsidiar o comércio internacional.
- 2 – Em seguida, verifica-se sua pertinência com o Comitê Técnico e busca-se, na entidade, macrorreferências para a norma que está sendo solicitada. Se não houver, procura-se a norma em entidades continentais, países, entidades locais e assim por diante, seguindo a hierarquia. Caso já exista a norma ISO, será adotada integralmente; caso seja de outros países, poderá ser adaptada para as necessidades locais ou criada uma norma brasileira.
- 3 – A partir da definição das diretrizes das normas, serão realizados os estudos para se estabelecerem os métodos de ensaios específicos para os requisitos técnicos.
- 4 – A nova norma é inserida no site da ABNT, onde será submetida a consulta nacional, para avaliação geral do público. Caso haja algum comentário pertinente, a norma será submetida a revisão e reenviada para aprovação geral do público.
- 5 – Quando aprovada, a norma é incluída no banco de dados do site da ABNT e disponibilizada para aquisição do setor envolvido.
- 6 – A empresa, ao adquirir a norma, adapta suas operações e processos atendendo aos padrões exigidos, atuando em conformidade com o esperado pela sociedade e conquistando maior visibilidade e credibilidade para seus produtos e serviços.

Como solicitar a criação de uma norma

A solicitação pode ser encaminhada ao representante do Comitê Brasileiro específico a que se destina a norma, através de e-mail ou formulário disponível no site da ABNT.

Como adquirir uma norma já existente

A consulta pode ser realizada no site da ABNT. Depois de realizada a compra, a norma pode ser impressa até duas vezes ou visualizada online por prazo indeterminado.

Para saber mais ou participar da elaboração das normas, envie um e-mail para cb29@abnt.org.br ou cristina@abtcp.org.br. A participação também poderá ser feita a distância, no site da ABNT pelo link <http://abnt.iso.org/livelink/livelink>.

A rotulagem ambiental pode ser conferida neste endereço: <http://www.abntonline.com.br/rotulo/>

vos padrões de sustentabilidade”, completa Balbuena. Nesses casos, o CB 29 atua quando há necessidade de um processo de certificação. No caso da inexistência de normas, essas são elaboradas. Segundo Cristina, atuar na ABTCP permite identificar as necessidades do setor de maneira muito mais próxima e rápida, facilitando o trabalho da ABNT e beneficiando efetivamente o setor e a sociedade.

Essa visão do trabalho entre as duas entidades é compartilhada por Lairton Leonardi, presidente da ABTCP, que resume a parceria e a contribuição da normalização para o setor em uma única palavra: *“crescimento”*. “Certamente vamos continuar com este importante trabalho, principalmente considerando nosso compromisso com o aumento da competitividade e da inovação no setor de celulose e papel”, destaca o presidente.

Para este ano, o CB 29 tem entre seus objetivos o acerto atualizado entre as 179 normas do setor. O mínimo estabelecido de 88% já foi ultrapassado, com a marca de 93% até o fechamento desta edição. Entre as comissões existentes, as de Chapas de Papelão Ondulado e Pasta Celulósica já estão próximas de alcançar os 100%, restando para cada uma delas apenas a revisão de uma norma.

Outro ponto vem sendo trabalhado: o cancelamento das normas de papéis e cartões para fins dielétricos. “Como esse tipo de papel só é importado, não faz sentido termos normas brasileiras se podemos adotar a norma internacional International Electrotechnical Commission (IEC)”, comenta a superintendente do CB 29.

Vale destacar ainda que o maior desafio do Departamento de Normas Técnicas da ABTCP para este ano é finalizar a norma para papel, sacos e sacolas de supermercados e aumentar a participação das empresas do setor. Além disso, a área pretende estreitar ainda mais o relacionamento com o Comitê Setorial Mercosul de Papel e Celulose, cuja secretaria técnica também é de responsabilidade da ABTCP, e com o ISO/TC6 – Technical Committee for Paper, Board and Pulps, que, a propósito, terá uma reunião no mês de outubro no Canadá para finalização dos projetos em andamento e definição das próximas normas a serem elaboradas ou revisadas.

No Brasil, um dos maiores desafios para a normalização é o tempo de conscientização. Em relação a isso concordam Cristina e o gerente de Normalização da ABNT. “Hoje, o número de usuários de normas vem aumentando, mas ainda está longe de patamares como os alcançados pela Alemanha e pela França, entre outros países”, comenta Guerreiro. Essa maior valorização do processo de normalização setorial elevará a importância da norma brasileira também dentro das empresas. “Queremos mostrar que a normalização é o ponto de partida de todo e qualquer processo de excelência”, acrescenta Leonardi.



Como tudo começou

Nos anos 1990, as normas do setor de celulose e papel vigentes na ABNT, em um número muito inferior à necessidade, estavam desatualizadas em aproximadamente uma década. Havia uma grande demanda da indústria nacional de atualização e desenvolvimento de normas específicas e métodos de ensaio para avaliar a qualidade dos produtos fabricados pelo Brasil em seus processos. A ABNT, contudo, não tinha condições de atender a todos os grandes grupos no tempo requisitado por um mercado aquecido.

Assim, delegou aos setores os Comitês Brasileiros, entre os quais o ABNT/CB-29 – Comitê Brasileiro de Celulose e Papel, em funcionamento até hoje na ABTCP. Sua missão é normalizar o setor, ficando responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo controle das atividades na elaboração de normas relacionadas a celulose e papel e produtos afins.

Hoje, com 179 normas publicadas, atualizadas ou adaptadas ano a ano, a área funciona com total integração entre a ABTCP, a Gerência de Normalização da ABNT e as **Comissões de Estudo** (Veja lista abaixo), de cujas reuniões participam produtores, consumidores e neutros. ■

Comissões de Estudo do ABNT/CB-29

SUBCOMITÊ 29:002	PAPEL
CE 29:002.01	Ensaio gerais para papel
CE 29:002.02	Ensaio gerais para tubetes de papel
CE 29:002.03	Ensaio gerais para chapas de papelão ondulado
CE 29:002.04	Papéis e cartões dielétricos
CE 29:002.05	Papéis e cartões de segurança
CE 29:002.06	Papéis e cartões para uso odonto-médico-hospitalar
CE 29:002.07	Papéis para fins sanitários
CE 29:002.08	Papéis reciclados
CE 29:002.09 (Ativa)	Papéis para embalagens
SUBCOMITÊ 29:003	PASTA CELULÓSICA
CE 29:003.01 (Ativa)	Ensaio gerais para pasta celulósica
SUBCOMITÊ 29:004	MADEIRA
CE 29:004.01	Madeira para a fabricação de pasta celulósica
SUBCOMITÊ 29:005	APARAS
CE 29:005.01	Aparas de papel

“Queremos mostrar que a normalização é o ponto de partida de todo e qualquer processo de excelência” – Lairton Leonardi